

Executivo já perdia antes da promulgação da Carta

BRASÍLIA — Antes mesmo de promulgada a Constituição que conferiu maiores poderes ao Legislativo, limitando a atuação do Executivo, o Governo já vinha sofrendo derrotas e rejeições a seus projetos. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a decisão dos constituintes de tabelar os juros em 12% ao ano, contra todas as evidências técnicas e opiniões quase que unânimes de economistas e autoridades do Governo; a concessão da anistia dos débitos, contraídos por pequenos empresários e agricultores, durante o Plano Cruzado; e o controle do Congresso sobre as negociações

da dívida externa.

Em todos os casos, o Executivo tentou mostrar as conseqüências das decisões, que se tornaram lei, em vão. De acordo com análise feita por importante autoridade econômica, com a promulgação da Constituição, o processo de decisão foi deslocado do Executivo para o Legislativo, dando início a uma nova fase na história do País, onde a primeira exigência será a negociação entre os dois Poderes, para que possam atuar em suas respectivas áreas em sintonia necessária para a administração dos interesses nacionais.